



SINTFESP-GO/TO

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Filiado à CUT, CNTSS e FENASPS

REMETENTE:

Travessa César Baiocchi Sobrinho,
Qd. F-19, Lt.10, Setor Sul, CEP: 74080-130 - Goiânia/GO

Informativo nº 146

www.sintfesp.org.br

Março/2014



Servidor Público Federal: sem este time, o Brasil não entra em campo

. Página 2 .

Se não mudar, o serviço público vai parar

. Página 3 .

Centrais sindicais reivindicam negociação coletiva no projeto de lei sobre o direito de greve

. Página 3 .

GEAP elege representantes dos beneficiários nos Conselhos de Administração e Fiscal

. Página 4 .



Servidor Público Federal: sem este time, o Brasil não entra em campo

Categoria promete greve geral se as negociações com o Governo acerca da Campanha Salarial Unificada de 2014 não avançarem.

Estagnação do processo de negociação, descaso do governo e pendência das demandas já acordadas com a administração pública acerca da pauta unificada dos federais. Esses são apenas alguns dos fatores que impulsionaram os servidores públicos federais a começar o ano de 2014 nas ruas. Outro acontecimento que mobilizou e fortaleceu, ainda mais, a categoria foi a realização da Copa do Mundo deste ano no Brasil, mote da Campanha Salarial Unificada de 2014.

Além do tema "Jogando juntos a gente conquista – Serviço Público Padrão FIFA", a Campanha, que contempla os servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário, também traz a mensagem "Servidor Público Federal. Sem este time o Brasil não entra em campo. Valorização já!" estampada em camisetas com o objetivo de mostrar que a categoria não irá aceitar o adiamento das reivindicações por conta do evento mundial, já que o poder público não poupou esforços para garantir estádios "padrão FIFA".

Sem perder tempo, diversos sindicatos e centrais sindicais de todo o país, dentre eles o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência (SINTFESP-GO/TO), lançaram a Campanha Salarial

Unificada de 2014 nos estados já no primeiro mês do ano, mais precisamente no dia 22 de janeiro. Em nível nacional, o lançamento foi realizado no dia 05 de fevereiro, em Brasília, por entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos.

Além de reivindicar a definição da data-base e uma política salarial permanente com reposição inflacionária e incorporação das gratificações, o ato também cobrou o cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; antecipação da parcela de 2015 do acordo firmado no ano passado e outras pautas em defesa da garantia dos direitos dos servidores públicos federais.

Apesar de não terem sido recebidos pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no dia 05, uma reunião com os assessores da Secretaria-Executiva do órgão e com o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, foi realizada. Na ocasião, os representantes do Ministério do Planejamento se comprometeram a responder a pauta de reivindicações, formalmente, e a agendar uma audiência com a ministra, ainda antes do carnaval, contudo, as promessas não foram cumpridas.

No dia 13 seguinte, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, recebeu o Fórum para discutir as reivindicações que integram a Campanha Salarial Unificada 2014 e se comprometeu a interceder junto à ministra do planejamento para o agendamento de um diálogo, que aconteceu uma única vez, há mais de um ano. Além disso, Alves propôs a realização de uma audiência pública e de reuniões mensais para discutir temas de interesses dos servidores e serviços públicos.

EXPEDIENTE

Secretaria de Organização e Política Sindical

Titular: Carmem Rodrigues Paulino
Suplente: Anatalício José de Souza

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Luis Carlos Campos
Suplente: Joseneide Florêncio Ramos

Diretoria de Formação Sindical

Titular: Maria Cleusa de Jesus Silva
Suplente: Mariselmá Lemes Rocha

Diretoria de Política Sindical, da Mulher, Raça, Etnia e Saúde do Trabalhador

Titular: Ângela Maria Alves de Souza
Suplente: Elizabeth de Arruda Mourão Santos

Diretoria de Imprensa e Divulgação

Titular: Eva de Jesus Nunes dos Santos
Suplente: Leliane Aires da Silva

Diretoria de Assuntos Jurídicos

Titular: Terezinha de Jesus Aguiar
Suplente: Laura Maria Izabela T. de Barros

Diretoria de Esporte e Lazer

Titular: Hermes Rodrigues Macedo
Suplente: Rivadável Moreira Marins

Diretoria de Aposentados

Titular: Rita Barros Galvão
Suplente: Gercina Francisco dos Reis

Conselho Fiscal

Antônio Rocha, Maria Yolanda Silva Filho, Nilva Nunes Pereira, Maria do Socorro M. de Souza e Dulcyara Costa N. Pulcinelli

Jornalista: Wanja Borges – JP 2519

Fotos: SINTFESP-GO/TO, CUT e Condsef

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Registro Artes Gráfica – (62) 3536-3498



Travessa César Baiocchi Sobrinho, Qd. F-19, Lt. 10, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP: 74080-130
(62) 3224-8232 | www.sintfesp.org.br
sintfesp@sintfesp.org.br

Se não mudar, o serviço público vai parar

Mesmo com desdobramentos positivos, até o momento, as entidades representativas dos servidores públicos federais já debatem a necessidade de greve geral, se a resposta do Ministério do Planejamento não corresponder às expectativas da categoria. O velho discurso de arrocho ainda está sendo mantido pelos governantes para justificar as dificuldades em atender a pauta dos trabalhadores do setor público. No dia 20 de fevereiro, por exemplo, o governo anunciou corte de R\$ 44 bilhões no orçamento deste ano, o que compromete diretamente a qualidade da prestação de serviços à população e as condições de trabalho dos servidores.

Por outro lado, a Receita Federal registrou um recorde histórico em arrecadação no Governo. Só em janeiro, foram arrecadados mais de R\$ 123,66 bilhões em impostos, contribuições federais e outras receitas. O valor representa crescimento real de 0,91% em relação a janeiro de 2013. Diante deste cenário de contradição, compete aos servidores públicos federais reforçarem a mobilização e permanecerem unidos e resistentes para que suas reivindicações recebam o respaldo que merecem.

Assembleias por locais de trabalho já estão sendo realizadas desde o início de fevereiro para discutir os rumos da campanha salarial e a possibilidade de paralisação, cuja proposta é garantir o avanço nos processos de negociação. Também está prevista, para a primeira quinzena



de março, reuniões dos fóruns estaduais e nacional e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) para discutir as melhores formas de pressionar o governo para atendimento das demandas urgentes e deliberar novos encaminhamentos.

A Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO reafirma sua participação direta nas lutas em defesa da Campanha Salarial Unificada de 2014, seu posicionamento favorável ao fortalecimento da pauta do serviço público federal e, sobretudo, a importância da adesão dos servidores. A partir da primeira semana de março, a entidade aproveitará as atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher para realizar

reuniões nos locais de trabalho e conversar com os servidores também sobre a Campanha e as formas de participação na greve, se deflagrada.

A diretora de assuntos jurídicos da entidade, Terezinha de Jesus Aguiar, ressalta que os avanços e conquistas também dependem da categoria. "Se não houver um processo de fortalecimento da campanha com a adesão e participação direta dos servidores, não vai sair nada. Para nossas reivindicações serem atendidas, precisamos lutar por isso", reforçou.

O SINTFESP-GO/TO já agendou sua Assembleia Geral para 19 de março, às 14 horas, no Auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Goiás (NEMS-GO). Participe!

Centrais sindicais reivindicam negociação coletiva no projeto de lei sobre o direito de greve

Representantes de centrais sindicais se reuniram com a comissão de deputados e senadores que discute o direito de greve dos servidores públicos, no dia 20 de fevereiro, na Câmara dos Deputados, para debater o assunto. Segundo a proposta atual, além da suspensão imediata do pagamento dos salários, 60% dos servidores devem continuar trabalhando durante a paralisação.

Os sindicalistas presentes na audiência, dentre eles representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criticaram duramente esses dois pontos e

reivindicaram um artigo que obrigue o governo a fazer as negociações coletivas. O relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR) se comprometeu a analisar as sugestões apresentadas.

Previsto na Constituição Federal, o direito de greve ainda não é exercido por que uma lei complementar precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. Sua regulamentação vem sendo discutida há mais de um ano, mas a expectativa é que o projeto seja aprovado ainda em 2014.

GEAP elege representantes dos beneficiários nos Conselhos de Administração e Fiscal

Votação será realizada pela internet, de 17 a 19 de março. CNTSS está entre as entidades que concorrem às eleições.

Entre os dias 17 e 19 de março, beneficiários titulares dos planos de saúde da Fundação da Seguridade Social (Geap) – Autogestão em Saúde, ativos e aposentados, desde que adimplentes e inscritos até 31 de dezembro de 2013, poderão eleger os novos representantes dos Conselhos de Administração (Conad) e Fiscal (Confis). Pela primeira vez, as votações serão realizadas pela internet, a fim de permitir maior participação do eleitorado.

Outra novidade deste ano é que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) também indicou candidatos para concorrer aos dois conselhos, por meio da **Chapa 3 – Nossa Chapa**. No Conad, ela é constituída por Irineu Messias de Araújo (CNTSS/PE), Elienai Ramos Coelho (ANASPS/DF) e Luiz Carlos Correa Braga (ANFIP/RS), como titulares, e Ricardo Luiz Dias Mendonça (CNTSS/BA), Roberto Ricardo Nobre Machado (ANPPREV/DF) e Leonardo Alexandre Silveira Barbosa (ANESG/MG), como suplentes.

Já no Confins, Maria do Perpétuo Socorro L. G. Martins (FENADADOS/MA) e Maria das Graças de Oliveira (CNTSS/RJ)



disputam como titulares, e Simone de Lucena Lira (CNTSS/PB) e Deusa Maria Duarte (SINDSPREV/DF) como suplentes. Segundo a Comissão Eleitoral, a ordem numérica foi estabelecida de acordo com a data e hora de registro das candidaturas. No total, quatro chapas estão inscritas para o Conselho de Administração e três para o Conselho Fiscal.

Votação

Para participar do processo eleitoral, o beneficiário deverá se cadastrar no site **www.eleicoesgeapsaude2014.com.br** por meio da senha provisória recebida por correspondência pelo correio. A votação deverá ser realizada neste mesmo site pelos habilitados, por meio de login e senha, das 8h do dia

17 de março até as 18h do dia 19.

De acordo com o Regulamento Eleitoral, cada gerência regional da GEAP deverá disponibilizar, em sua sede, os equipamentos necessários para votação. Os beneficiários também podem votar na Sede Administrativa do SINTFESP-GO/TO ou em qualquer lugar com acesso à internet.

Além de apoiar a **Chapa 3 – Nossa Chapa** e respaldar as propostas do grupo, a Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO orienta todos os servidores, que cumprem os requisitos estabelecidos no Regimento, a participarem da votação a fim de garantir representantes íntegros e focados nos interesses e necessidades dos assistidos.

O resultado será divulgado na noite do dia 19 com prazo até o dia 26 para homologação da eleição. Os mandatos terão início em 15 de abril de 2014 e duração de três anos, com garantia de estabilidade no colegiado para os eleitos pelos beneficiários. Enquanto o Conad é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos, o Confis atua na fiscalização das atividades econômico-financeiras da GEAP.

>> Confira as propostas da Chapa 3 - Nossa Chapa <<

- Exigir rede credenciada, fazendo com que hospitais, clínicas, laboratórios, serviços e médicos queiram se credenciar, inclusive no interior;
- Garantir o pronto atendimento nas urgências médicas;
- Oferecer atendimento nas doenças degenerativas e terminais;
- Assegurar a oferta de serviços nas cidades com qualquer número de habitantes;
- Ampliar a negociação de aumento da contribuição do per capita do governo para 50%, ficando os outros 50% com os trabalhadores;

- Estabelecer a gestão paritária da GEAP;
- Acabar com a co-participação;
- Incluir a volta da condição de dependentes para pais e avós sem renda e filhos menores;
- Implantar o fundo garantidor a ser mantido pelo governo, para evitar a quebra da GEAP;
- Instituir o sistema de Resseguro de Saúde, que financie os atendimentos de alta complexidade dentro e fora do país;
- Manter a GEAP competente e transparente.